



A Evolução dos Crimes Virtuais no Brasil: Impactos, Legislação e medidas de prevenção.

Autor(res)

Lorena Vale Pereira
Edylla Lorrany Do Nascimento Fernandes
Shannya Maria Pereira De Carvalho Silva
Adryah Cunha Bueno
Júlia Cardoso Costa
Deborah Sousa Lucena

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

A expansão exponencial da internet e o advento de novas tecnologias transformaram a forma como nos relacionamos, trabalhamos e consumimos. Paralelamente a esse avanço, a incidência de crimes virtuais no Brasil tem crescido de forma alarmante. Diante desse cenário, o ordenamento jurídico brasileiro tem se esforçado para acompanhar a dinâmica dos ataques cibernéticos e garantir a proteção dos cidadãos e das empresas. A popularização das redes sociais facilitou a comunicação e a interação entre as pessoas, mas também abriu portas para a disseminação de fake news, crimes de ódio, pedofilia, violação de direitos autorais e assédio virtual. Além disso, o comércio eletrônico, que se tornou fundamental para a economia, tem sido alvo dos hackers que visam roubar dados de cartões de crédito e informações pessoais. Diante disso, nota-se, uma necessidade do ordenamento jurídico atuar em defesa do controle e diminuição dos crimes que acontecem no mundo virtual.

Objetivo

Analisar a evolução da legislação penal e civil brasileira no combate aos crimes virtuais, identificando suas principais lacunas e propondo medidas para aprimorá-las. Abordar a trajetória histórica da legislação brasileira, nos crimes cibernéticos. Discutir os principais desafios enfrentados pela sua aplicação e propor soluções para aprimorar a legislação tornando-a mais eficaz no combate aos crimes cibernéticos e na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos no âmbito digital.

Material e Métodos

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultadas diversas bases de dados científicas, utilizando palavras-chave relevantes como "crimes virtuais", "legislação brasileira" e "cibercrime". A busca abrangeu artigos científicos, teses, e legislação pertinente, publicada nos últimos 10 anos. Além disso, foram analisados documentos legais, como a Constituição Federal, o Código Civil e a Lei de proteção de dados (LGPD). Os critérios de inclusão e exclusão dos documentos foram



"definidos a priori, visando garantir a relevância e a qualidade das fontes. Após a seleção dos materiais, foi realizada uma análise aprofundada dos conteúdos, com o objetivo de identificar as principais tendências, lacunas e desafios na legislação brasileira relacionada aos crimes virtuais.

Resultados e Discussão

A pesquisa realizada permitiu identificar uma evolução significativa na legislação brasileira relacionada aos crimes virtuais nas últimas décadas. No entanto, essa evolução não tem acompanhado o ritmo acelerado das inovações tecnológicas e a crescente sofisticação dos ataques cibernéticos. Adjacente a isso, percebe-se aspectos positivos com o surgimento da Lei de proteção de dados (LGPD), algumas outras leis que tipificam os crimes ocorridos no âmbito digital como a Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012). Entretanto, ainda encontramos algumas lacunas a serem preenchidas, papel fundamental dos nossos legisladores. Isso se válida, pois, a era da hiperconectividade, ainda não encontra tanto amparo no nosso ordenamento jurídico, o que possui um aumento nos crimes dessa natureza, e uma certa impunidade na hora da aplicação normativa e sanção por parte do estado no meio digital, seja por uma falta de tipicidade ou outro fator. Por fim, observa-se que esta falta de efetividade ao combate aos crimes cibernéticos, ainda está falho, em razão de limitações em várias esferas, até mesmo a falta de tecnologia para as autoridades investigar e combater os crimes virtuais. A cada dia o amparado jurídico encontra-se em ascensão, e deve ser a preocupação do nosso ordenamento jurídico.

Conclusão

Assim para mitigar os impactos dos crimes virtuais, é fundamental fortalecer a legislação e implementar medidas preventivas. Incluindo a atualização e a criação de leis que abordem especificamente a tipicidade de crimes digital, além de garantir que as autoridades competentes tenham os recursos e a formação necessária para lidar com esses desafios. Por fim, implementar políticas de proteção de dados e a promoção da cibersegurança nas escolas e nas empresas para construir uma cultura de responsabilidade e prevenção em relação a esses crimes. Somente por meio de um esforço conjunto será possível desenvolver estratégias eficazes que minimizem os riscos e promovam a confiança no ambiente digital

Referências

Kaspersky. (2019, 10 de outubro). O que são crimes cibernéticos e como se proteger deles? <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/what-is-cybercrime>

Da Silva Bernardo, R. (2021, 23 de julho). Crimes Cybernéticos. Monografias Brasil Escola. <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/crimes-cyberneticos.htm>

Ministério da Justiça e Segurança Pública. (n.d.). Crimes Digitais. Recuperado em 11 de outubro de 2024, de <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/sedigi/crimes-digitais>